

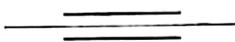


M. E. C. - I. N. E. P.

PROCESSO TÉCNICO N.º.....378/73

Fls. 1

**CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS PROF. QUEIROZ FILHO
SÃO PAULO**



INTERESSADO: FEUSP

CLASSIFICAÇÃO: TÉCNICO

ASSUNTO: PROJETO DE PESQUISA "CAUSAS DA DEMANDA DO ENSINO
SUPLETIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DATA 14-12-73

DOCUMENTOS RETIRADOS

FLS.	DATA	ASSUNTO	DESTINATÁRIO	DEVOLUÇÃO
	14/1/74	5 dias projeto de pesquisa	Lucy f. Borzatto	} SFB
	--	cópia of n: 870/74	-- --	
	26/4/74	Projeto elaborado pelo INEP para reformulações, v.e. para apresentação em formulário do INEP e obtenção de patrocínio da FEUSP	P/Prof: Lucy f. Borzatto	SFB
	24/6/74	Projeto definitivo	Lucy f. Borzatto	26/abril/74 SFB

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CIDADE UNIVERSITÁRIA

OF. 85/73

São Paulo, 11 de dezembro de 1.973.

Senhor Diretor

No exercício das funções de Chefe do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada, desta Faculdade, tenho a honra de me dirigir a V.Exa. para encaminhar um Projeto de Pesquisa, de autoria da professora SUELY GRANT BONITATIBUS. O encaminhamento deste projeto é feito no sentido de solicitar financiamento do I.N.E.P. para os trabalhos que a autora pretende realizar.

Outrossim, cabe-me declarar que d.Suely Grant Bonitatibus exerce as funções de Auxiliar de Ensino deste Departamento. Ademais, a fim de terminar o curso de pós-graduação em Educação, deve ela apresentar sua Tese de Mestrado que se baseia na pesquisa teórica e de campo, para a qual vem pleitear o referido financiamento.

Contando com o alto espírito de compreensão de V.Exa. para os problemas de pesquisa no campo educacional, reitero os protestos de estima e elevada consideração.

Amélia Domingues de Castro

Dra. Amélia Domingues de Castro
Chefe do Departamento de Metodologia do
Ensino e Educação Comparada da Faculdade
de Educação da Universidade de São
Paulo.

Ao Exmo. Sr.

Prof. Chicralla Haidar

D.D. Diretor do C.R.P.E. do Sudeste
São Paulo.

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS
EDUCACIONAIS DO SUDESTE - SP.

N.º PROTOCOLO

DATA

862/73

14/12/73

ARQUIVO *Projeto de Pesquisa*

GERAL: *Cursos da Demanda do Ensino Supl. em Munic. Paul.*

PARA:

ref. nº 870/73

N.º PROCESSO

5.378/73

de 27/12/73



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
 CIDADE UNIVERSITÁRIA

CPG/Nº 152/73

A T E S T A D O

ATESTO, para os devidos fins, que a Professora SUELY GRANT BONITATIBUS, aluna regularmente matriculada no Curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, cursou as seguintes disciplinas:

Disciplinas	Créditos	Horas	Frequência	Nível
<u>na Faculdade de Educação</u>				
<u>1º Semestre de 1971</u>				
Filosofia da Educação EDF-701	8	96	91,7%	A (Excelente)
Administração Escolar EDA-702 (monográfico)	8	96	83,3%	B (Bom)
Didática EDM-701	8	96	91,3%	A (Excelente)
<u>2º Semestre de 1971</u>				
Administração Escolar no Brasil EDA-712	8	96	100%	A (Excelente)
História da Educação Brasileira EDF-731	8	96	100%	A (Excelente)
Filosofia da Educação EDF-711	8	96	100%	B (Bom)
Docência Supervisada	4	48	-	A (Excelente)
<u>1º Semestre de 1972</u>				
História da Educação Brasileira EDF-733	8	96	100%	A (Excelente)
Docência Supervisada	4	48	-	A (Excelente)
<u>2º Semestre de 1972</u>				
Sociologia da Educação EDF-762	8	96	100%	A (Excelente)
<u>na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P.</u>				
<u>1º Semestre de 1972</u>				
Educação e Mudança Social	10	120	100%	B (Bom)
Total	82	984	-	- -

Atesto, outrossim, que a interessada teve reconhecidas as disciplinas Educação Comparada EDM-781 e Teoria de Administração Escolar EDA-701, anteriormente realizadas respectivamente na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, (1969) e na Faculdade de Educação (1970), fazendo jus a 4 (quatro) créditos ou seja 48 horas em cada uma.

Atesto, ainda, que a referida professora, realizou como parte das obrigações do curso, a disciplina Estudo de Problemas Brasileiros EDF-772, durante o segundo semestre de 1973, tendo obtido 100% de frequência, Nivel A (Excelente), e fazendo jus a 2 (dois) créditos, ou seja 24 horas no semestre.

Atesto, finalmente, para os devidos fins, que a referida professora completou dessa maneira os créditos correspondentes ao desempenho das seguintes atividades programadas para o Mestrado (cf. letras "a" e "b" do artigo 39 da Portaria GR 1367, de 13/01/1971):

- a) disciplinas, compreendendo aulas teóricas, seminários, colóquios;
- b) atividades de laboratórios e de campo, estágios, pesquisas de gabinete, leituras programadas e busca e organização de dados.

São Paulo, 12 de dezembro de 1973.-


Heladio Cesar Gonçalves Antunha
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Educação da F.E.U.S.P.

Nº 101/74

MEC - INEP

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO SUDESTE - SÃO PAULO

São Paulo, 31 de janeiro de 1974

DO: Diretor do CRPE do Sudeste - São Paulo

AO: DD. Diretor Geral do INEP

Prof. Ayrton de Carvalho Mattos - Brasília

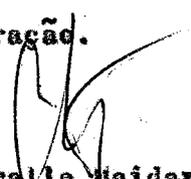
Senhor Diretor Geral

De acordo com o despacho exarado por V.Exª a 19 de dezembro de 1973, em Brasília, foi devolvido o projeto de pesquisa - "Causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo", à responsável do mesmo, Profª Snely Grant Bonitatibus.

Tendo a interessada reformulado o mencionado projeto, conforme sugerido pelo Sr. Prof. Dr. Renato Alberto Teodoro Di Dio, Coordenador de Estudos e Pesquisas Educacionais deste Centro, submeto à alta apreciação de V.Exª a seguinte documentação:

- 1 - Cópia do parecer da CEPE, de 19.12.73
- 2 - Parecer da CEPE, de 30.1.74
- 3 - Projeto da pesquisa
- 4 - Questionário
- 5 - Justificativa das questões
- 6 - Reformulação do projeto

Aguardando pronunciamento de V.Exª, apresento-lhe os protestos de minha alta estima e distinta consideração.


Chicralia Maida

Diretor

ZPK/sf.

Nº 97/74

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Do: Coordenador de Estudos e Pesquisas Educacionais
Ao: DD. Diretor do CRPE do Sudeste - E.M.

Assunto: Projeto de pesquisa: "Causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo", apresentado pela Profª Suely Grant Bonitatibus - Pr.T. 378/73.

Senhor Diretor

Tendo em vista que a interessada, em 23 de janeiro de 1974, apresentou reformulação do projeto em epígrafe, constante de 9 laudas datilografadas, atendendo assim - as ponderações do parecer emitido a 19 de dezembro de 1973, recomendamos a aprovação do projeto para que se lhe conceda o apoio financeiro solicitado.

Reiteramos a V.Sª os protestos da mais elevada estima.

São Paulo, 30 de janeiro de 1974



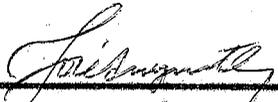
Renato Alberto Teodoro Di Dio
Coordenador

RATDD/sf.

TEXTO DO PROJETO E ORÇAMENTO DA PESQUISA:

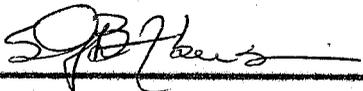
"CAUSAS DA DEMANDA DO ENSINO SUPLETIVO
NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO"

PROJETO ELABORADO POR SUELY GRANT BONITATIBUS, AUXILIAR DE
ENSINO DO DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DO ENSINO E EDUCAÇÃO
COMPARADA E, ALUNA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO .

PROFESSOR ORIENTADOR: 

Prof. Dr. José Augusto Dias
Prof. Assistente Doutor do
Departamento de Administração
Escolar e Economia da Educação.

São Paulo, dezembro de 1973


Suely Grant Bonitatibus

I - PROJETO DE PESQUISA

1. Título: Causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo.
2. Questão básica: Quais as causas que têm levado a crescente demanda do ensino supletivo, no Município de São Paulo.
3. Hipótese: As causas da demanda do ensino supletivo estariam interrelacionadas num complexo de fatores entre os quais destacaríamos, como condições contribuintes, os que se seguem:
 - a) idade do aluno
 - b) origem sócio-econômica.
 - c) aspiração por mobilidade social ascendente.
4. Questões específicas:
 - a) Há relação entre a idade dos alunos e a procura dos cursos supletivos?
 - b) Há relação entre ensino supletivo e nível sócio-econômico do aluno?
 - c) Há relação entre ensino supletivo e expectativa de melhoria nas condições de trabalho?
 - d) Há relação entre ensino supletivo e aspiração - por prosseguimento dos estudos?
 - e) Há relação entre ensino supletivo e inadequação ao regime regular de estudos?
 - f) Qual o grau de escolaridade regular dos alunos do ensino supletivo?
 - g) Por que deseja, o aluno, o certificado de conclusão do ensino de 1º grau?

5. Definições (para efeito desta pesquisa):

- a) Ensino Supletivo - ensino destinado a suprir a escolarização regular, de 1º grau, de adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria.
- b) Curso Supletivo - entidade particular de ensino - destinada a preparar candidatos aos exames supletivos de 1º grau. Julgamos conveniente ressaltar que os cursos, aos quais nos referimos aqui, recebem ainda hoje, - não obstante a legislação de ensino em vigor, a denominação de "cursos de madureza ginásial".
- c) Exames Supletivos - conjunto de provas relativas à parte comum do currículo escolar de 1º grau, que habilita o aluno, desde que aprovado, ao prosseguimento dos estudos - em caráter regular.
- d) Aluno do Curso Supletivo - aluno regularmente matriculado no curso supletivo, com 18 anos ou mais, interessado em prestar exames supletivos para obtenção de certificado de conclusão do ensino de 1º grau.

6. Pressuposição:

Os alunos dos cursos supletivos são capazes de fornecer informações válidas por meio de respostas a questionários.

7. Metodologia:

a) Fontes de dados

Os dados a serem levantados, para a análise do problema em questão, provirão de três fontes:

- 1º) estatísticas oficiais do Estado de São Paulo, ainda bastante limitadas pela existência de alguns poucos levantamentos parciais da situação dos exames supletivos no Estado;
- 2º) pesquisas já realizadas por entidades extra-oficiais. Não nos utilizaremos de pesquisas desenvolvidas no exterior uma vez que o problema, tal como o caracterizamos, é típico à realidade brasileira não encontrando, em outros países, paralelo passível de generalização;
- 3º) dados colhidos diretamente nos cursos supletivos.

b) Instrumento

A coleta de dados nos cursos supletivos far-se-á através de questionário, de questões fechadas, segundo esquema previamente estruturado, tendo em vista a obtenção de informações relevantes ao problema em questão.

Os informantes serão os próprios alunos dos cursos supletivos de 1º grau.

c) Amostragem

O sorteio dos informantes será feito através de conglomerados, isto é, cursos supletivos, e não de indivíduos, ou seja, alunos dos cursos supletivos. Tais cursos, segundo levantamento recentemente realizado pela Secretaria do Estado, representam o maior veículo de preparação para os exames supletivos, concentrando 45% dos candidatos inscritos em 1971. (Anexo I).

O universo considerado será o Município de São Paulo. As unidades a serem pesquisadas serão estabelecidas por meio de sorteio, obtido através de uma tabela de números equiprováveis.

Para o sorteio das unidades arrolar-se-á os cursos existentes, classificados segundo o bairro - em que se localizem e seu período de funcionamento.

Não será possível qualquer outra classificação na medida em que:

- 1 - a entidade mantenedora será sempre a mesma, isto é, particular, uma vez que os cursos supletivos, tal - como os caracterizamos aqui, são todos, sem exceções, entidades de iniciativa privada.
- 2 - não haverá distinção de ramos ou ciclos, uma vez que a pesquisa limitar-se-á aos cursos supletivos de 1º grau.
- 3 - não faremos, igualmente, na amostragem distinções referentes a sexo, na medida em que os cursos são mistos, abertos, portanto, a ambos os sexos.

d) Etapas da pesquisa

1ª Fase:

Uma vez sorteada a amostra e elaborado o instrumento de coleta de dados, a aplicação far-se-á coletivamente, ou seja, a todas as classes da unidade sorteada,

Coletados os dados proceder-se-á à codificação, segundo esquema previamente elaborado.

Seguir-se-á a fase mecânica de tratamento dos dados codificados e elaboração de tabelas.

Finalmente, o trabalho completar-se-á com a interpretação dos dados obtidos.

2ª Fase:

Estudo de pesquisas já realizadas sobre o ensino médio, = 1º ciclo, em São Paulo, assim como levantamento de dados = oficiais, a serem buscados nos órgãos próprios do sistema.

Embora, para efeito de apresentação, tivéssemos dividido esta etapa em 1ª e 2ª fases, nossa intenção é desenvolvê-las paralelamente, de vez que uma será complementar a outra.

O objetivo desta fase será o de efetuar comparações que servirão de pontos de referência às conclusões a serem obtidas em nossa pesquisa sobre o ensino supletivo.

Dados como crescimento da demanda dos exames supletivos, idade dos alunos, expectativas em relação ao diploma, origem sócio-econômica e outros, só poderão ser interpretados à luz de levantamentos paralelos sobre os alunos dos = cursos regulares.

Obteremos, desta forma, duas séries de dados que, comparados, poderão fornecer elementos esclarecedores para a análise e interpretação das questões específicas por nós formuladas.

8. Enquadramento teórico:

Os exames supletivos - antigo madureza - têm se constituído nos últimos anos num gigantesco mecanismo, paralelo ao sistema convencional de ensino, de aquisição de "status educacional" mais elevado.

Por motivos até aqui não clara e objetivamente determinados, uma parcela ponderável de nossos jovens tem buscado, por via de tais exames, a satisfação de uma aspiração que o sistema regular de ensino não pode atender.

O problema da demanda do ensino supletivo é aqui visto como um aspecto das pressões que se acumulam sobre a estrutura educacional brasileira, decorrente de uma situação sócio-econômica - pedagógica extremamente complexa.

Do ponto de vista histórico o madureza, ou exames similares, vêm se realizando em nosso país há longa data. A Reforma Benjamin Constant de 1890, já previa o "regime de preparatórios" que nada mais eram que um conjunto de exames, prestados perante bancas oficiais, que concediam certificados de curso médio sem exigência de frequência aos cursos regulares, e que davam acesso ao curso superior. Tais exames visavam suprir uma escolarização regular, inexistente na época. Constituíam parte integrante do Ensino Secundário, aos quais todos aqueles que pretendessem prosseguir os estudos, até o nível superior, deveriam se submeter.

Mais tarde, em 1931, surgem os "exames de madureza" destinados àqueles que não puderam realizar os cursos regulares, agora já estruturados, estabelecendo-se, inclusive, o limite mínimo de idade do candidato interessado em prestá-los.

Era pequeno, então, o número daqueles que se utilizavam de tal expediente, na medida em que apenas uma diminuta parcela da população atingia o nível médio do processo de escolarização. O ensino se constituía, ainda, no privilégio de alguns poucos e, o próprio mercado de trabalho, decorrente de uma estrutura econômica incipientemente desenvolvida, oferecia poucos estímulos e limitadas oportunidades de absorção. Assim, o madureza nada mais era que "o refúgio de alguns poucos candidatos, uma minoria insignificante, que comparecia às provas, que passavam despercebidas (...)" (1)

(1) Revista Realidade - Janeiro de 1972, Editora Abril, São Paulo, págs. 75/76.

Enfrentamos hoje, entretanto, uma situação bastante mais complexa. "De um ano para o outro, a coisa mudou. Em 1969, para 130.000 alunos que haviam concluído ginásio e colégio normalmente em São Paulo, apenas 9.000 pessoas se inscreveram nos exames de madureza pelo sistema estadual. Já em 1970, foram quase 90.000 os candidatos. Em 1971 perto de 200.000. Este ano, prevê-se mais de 300.000." (2)

Causas diversas têm influído no sentido desta ampliação crescente das oportunidades educacionais, a fim de atender às aspirações e necessidades de ordem sócio-econômica de um país em rápido processo de desenvolvimento.

Em verdade, a educação, como uma das dimensões do processo de desenvolvimento, constitui-se, hoje, num centro de preocupações, tanto de educadores, políticos e economistas, interessados na adequação do sistema educacional às novas e reais necessidades do desenvolvimento econômico, quanto dos indivíduos, em particular, que aspiram a níveis mais altos de realização pessoal e profissional, através da educação, encarada agora como via de ascensão social.

Este é um fenômeno sobejamente estudado em nosso país, a tal ponto que, não nos causam mais espantos os altos índices de crescimento educacional, em todos os níveis, nas últimas décadas.

Não obstante, ao que tudo indica, "ainda hoje não conseguimos elaborar e, principalmente, executar uma política educacional capaz de atender às necessidades de uma sociedade em processo de industrialização". (3)

O sistema educacional brasileiro permaneceu, até aqui, divorciado da realidade nacional constituindo-se mesmo num sério fator de demora cultural, por sua organização, programas e objetivos que, se serviram ao passado, hoje se mostram totalmente anacrônicos e insustentáveis.

(2) Revista Realidade - Janeiro de 1972, Edit. Abril, S.P. pág.76.

(3) Cardoso, Fernando Henrique e Ianni, Otavio - "As exigências Educacionais do Processo de Industrialização" in A Escola como Fonte de Tensões e Fator de Desenvolvimento na Sociedade Brasileira, Estudos e Documentos, série I, Vol. 6, CRPE "Prof. Queiroz Filho" - São Paulo, 1968, pág. 198.

Examinemos agora, em linhas gerais, alguns dos problemas deste sistema, que hoje passa por transformações sensíveis, = pelo menos em termos estruturais legais, com a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as "Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus".

Procuraremos, para efeito de enquadramento teórico do problema, situá-lo na perspectiva mais ampla da estrutura sócio-econômica do país. Por outro lado, nos deteremos na análise do antigo ensino ginásial (nível médio, 1º ciclo), hoje parte integrante do ensino de 1º grau, na medida em que nossa preocupação = maior, nesta pesquisa, é o ensino supletivo de 1º grau.

Muito embora a escola, enquanto instituição criada e estruturada para a transmissão da cultura, seja encarada como "conservadora" por natureza, os modernos estudos sobre o processo de escolarização vêm demonstrando seu papel ativo e altamente inovador.

"Numa civilização industrial, de base científica e técnica, a introdução e a difusão crescente das ciências e, portanto, do espírito e dos métodos científicos, no quadro das disciplinas e nas técnicas do seu ensino, instalam e tendem a desenvolver nas escolas um fermento de renovação da cultura e de ação direta ou indireta, sobre a dinâmica sócio-cultural". (4)

Assim, a educação sistemática, desde que bem planejada, pode se constituir num instrumento de transformação e, em consequência, de mudança social.

Na medida em que a sociedade se desenvolve, o valor relativo da educação passa de um estágio em que sua importância é

(4) Azevedo, Fernando de - "Educação e Mudança Social" in A Escola como Fonte de Tensões e Fator de Desenvolvimento da Sociedade Brasileira. op. cit., pág. 149.

praticamente nula, e difusa, àquele em que as perspectivas de mobilidade e ascensão social estão, a ela, direta e profundamente vinculadas.

Este é um fenômeno claramente observável na realidade brasileira. À medida que a economia progride, os índices educacionais se elevam em função, não só do crescimento populacional mas, também e principalmente, dos índices de industrialização e urbanização.

O deslocamento de enorme contingente de indivíduos, provenientes do meio rural, onde se dedicam às atividades do setor primário, para centros maiores, em busca de melhores condições de vida, tem provocado um aumento sensível na demanda educacional.

Nos campos, o trabalho, em nível rudimentar, não exige mais do que a simples instrução elementar. E, via de regra, mesmo esta é dispensável.

Na medida, entretanto, em que os indivíduos se deslocam para centros mais industrializados, onde as atividades, não só do setor secundário mas, inclusive, do terciário, exigem o domínio de conhecimentos gerais e certas habilitações, a educação assume papel extremamente importante. Já não basta a simples educação elementar. Torna-se imprescindível, para a integração social e profissional do migrante rural, a instrução de nível médio.

Dai porque nossos índices de crescimento educacional, neste nível, superam o próprio crescimento demográfico!

A educação se transforma, assim, num instrumento de adaptação e preparação do homem às novas condições de trabalho.

Mas, para que isto efetivamente ocorra, há necessidade de que a educação esteja voltada para as necessidades emergentes, e, preparada para atender às pressões que incidem

sobre o sistema, particularmente aquelas referentes à explosão da demanda e ao tipo de qualificação aspirada.

Atingimos, neste ponto, dois dos problemas fundamentais de nossa estrutura educacional. O primeiro diz respeito ao crescimento da demanda e à capacidade do sistema de absorvê-la. O segundo, ao tipo de educação oferecido e almejado pela população escolar brasileira.

Não obstante o crescimento sensível de nossa rede escolar, não conseguimos ainda oferecer, efetivamente, oportunidades educacionais, mesmo em nível elementar, à totalidade de nossa população.

Os altos índices de analfabetismo, ainda hoje verificados em todas as faixas etárias da população, comprovam este fato.

No que se refere ao "tipo" de educação oferecida, a escola brasileira "não se libertou, ainda, dos valores e dos padrões da sociedade de cunho aristocrático a que servia no passado". (5)

Nossa escola se mantém acadêmica, intelectualista e teórica. Basta que se observe os índices de crescimento dos "ramos", até aqui existentes no ensino de nível médio, para que se constate a posição privilegiada do ensino secundário acadêmico, em relação aos demais ramos técnicos, em que pese o fato de o país ser, ainda, essencialmente agrícola e atravessar, no momento, uma fase desenvolvimentista de industrialização e importação de tecnologia.

A valorização exagerada de tais cursos, considerados "nobres", e o desprestígio de atividades profissionais, sobretudo as técnicas, tem tornado nosso ensino totalmente inadequado às reais necessidades do país, além de criar, paralelamente, uma frustração crescente nos jovens e suas famílias, em relação ao aproveitamento real destes estudos.

(5) Werebe, M. José Garcia - "Importância da Informação Educacional e Profissional" in Pesquisa e Planejamento nº 9, CRPE = "Prof. Queiroz Filho" - São Paulo, 1965, pág. 10.

Somos um país jovem. Nossa estrutura demográfica apresenta-se com um perfil de metade ou mais da população nas faixas etárias inferiores a 20 anos. (6)

Isto representaria um encargo extremamente pesado à população adulta ativa não fosse o ingresso precoce do jovem no mercado de trabalho.

Este, o jovem, não possui, entretanto, nem mesmo após oito anos de escolaridade regular, a mínima preparação para o trabalho, dado o cunho enciclopédico dos cursos realizados.

Se as oportunidades de trabalho surgem, e diríamos - mesmo que se multiplicam, deve-se única e exclusivamente ao desenvolvimento recente de nossa industrialização, o que nos permite uma tolerância sensivelmente grande a baixos níveis de qualificação.

Mas, de qualquer maneira, o "sacrifício escolar" vem representando, em nossa economia subdesenvolvida, um desperdício e um encargo extremamente pesados para os jovens e suas famílias.

O custo dos estudos, mesmo em se tratando de escolas-públicas, sobrecarrega o orçamento familiar, particularmente se aí - computarmos não apenas os gastos com livros, material escolar, vestuário e transportes mas, principalmente, o que o jovem deixa de receber enquanto estuda.

Na medida em que se despende tempo e recursos com estudos inadequados à preparação real para a vida profissional este se torna um luxo, o qual não nos encontramos em situação de sustentar.

Paradoxalmente, entretanto, mantém-se o ideal de educação acadêmica, não só no nível ^{medie}mas, também, no nível superior de escolarização.

A aspiração de prosseguir os estudos, até a Universidade, encontra-se difundida em toda a população, por todas as camadas sociais, a ponto de não se chegar mesmo a exigências maiores, re

(6) Cf. Gouveia, A. Joly e Havighrst, R.J. - Ensino Médio e Desenvolvimento, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1969, pág. 104.

lativamente à qualificação dos estudos, sacrificando-as, apenas, à obtenção de um "título de nobreza" representado pelo diploma de nível superior. (7)

Por outro lado, os altos índices de evasão e repetência acabam por se tornar reflexo desta situação paradoxal entre nível de aspiração e possibilidades reais de acesso à escola, busca do ensino acadêmico e necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho.

Como consequência, o atraso na escolaridade de nossos jovens torna-se um problema de grandes proporções e complexa caracterização.

"Tomando-se por base o esquema oficial, segundo o qual a escolaridade primária se inicia aos 6-7 anos de idade, o aluno que progride regularmente na seqüência escolar terá 14 ou 15 anos ao fim do 1º ciclo da escola média e 17 ou 18 anos ao fim do 2º ciclo. Conforme indicam nossos dados, porém, entre os estudantes que chegam à última série do 1º ciclo, dois terços ou mais já passaram daquela idade". (8)

Daí porque o exame supletivo passa a assumir a importância ora sentida, definindo-se como um dos mais sérios problemas da educação nacional, e que está a exigir medidas urgentes e responsáveis.

A nova legislação de ensino - Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971 - consagra todo um capítulo ao denominado "ensino supletivo". Seu objetivo é, explicitamente, "suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria". (9)

(7) "É uma saída normal, diz a psicóloga Carmen Lúcia de Mello Barroso, da Fundação Carlos Chagas. E justifica: Em nossa cultura todas as qualificações são distribuídas de modo a favorecer o indivíduo que tem curso superior. As pessoas formadas em faculdade arrebanham todas as vantagens: tendem a ganhar mais, ter maior prestígio e poder. Assim, é natural que todos pretendam ter um curso superior".

"Essa tendência (a maioria quer mesmo é ser doutor) foi confirmada numa pesquisa do CRPE-S.P., entre estudantes do 2º ciclo secundário: mais de 90% responderam ter a escola superior como objetivo, após a conclusão do colégio". Cf. Revista Realidade - janeiro de 1972, Editora Abril, São Paulo, pág. 77.

(8) Revista Realidade - janeiro de 1972, Editora Abril, S.P. pág. 80.

(9) Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as "Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus", Cap. IV - Do Ensino Supletivo - art. 24, alínea a.

Não se trata mais, apenas, de se propinar exames de avaliação de conhecimentos, mas, abrangerá "cursos" sistemáticos, = organizados nos vários sistemas, com "estrutura, duração e regime = escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam". (10)

A ampla rede de "cursinhos" preparatórios, que funcionam como entidades marginais ao sistema, sem nenhuma inspeção de órgãos oficiais, com objetivos clara e nitidamente lucrativos, e, sem as mínimas condições de eficiências, tenderão, por este dispositivo legal, à maior organização e controle na medida que passam a se enquadrar nas "normas baixadas pelos Conselhos de Educação".

O ensino supletivo abrangerá, assim, "desde a iniciação do ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional = definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos". (11)

Em seu artigo 26 a lei altera, ainda, as idades limites (18 anos para o 1º grau, e 21 anos para o 2º) para a realização dos exames, com o que se procura evitar a fuga dos jovens do sistema regular para o supletivo, fenômeno este que vem alarmando nossas autoridades educacionais.

Em levantamento realizado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo observou-se que 73% dos candidatos ao antigo exame de madureza ginasial, em 1971, localizavam-se na faixa etária de 16 a 25 anos e, destes, mais da metade possuíam de 16 a = 19 anos. (Vide Anexo II).

Por outro lado, mais de 50% dos 111.211 candidatos ao exame possuíam algum curso de nível médio, 1º ciclo, incompleto. 13% possuíam até a 3ª série do curso médio, 1º ciclo, o que significa que 1 em cada 8 dos candidatos encontrava-se, apenas, há um ano do término do curso regular. (Vide Anexo III).

(10) Ibid., art. 24 § único e art. 25 § 1º.

(11) Ibid., art. 25.

Estes dados, aliados à análise anteriormente esboçada, a respeito dos impasses do sistema educacional brasileiro frente a uma realidade sócio-econômica em transformação, parecem sugerir a hipótese de que o número de candidatos ao ensino supletivo, permanecendo as tendências até aqui observadas, tenderá a ultrapassar o daqueles que cursam nossas escolas regulares.

O fenômeno assume, assim, feições especiais na medida em que passa a representar, não apenas um mecanismo de recuperação daqueles que, por não terem tido condições de estudo, em tempo oportuno, merecem novas oportunidades mas, um mecanismo de fuga, em estado vantajoso de concorrência em relação aos cursos regulares. Por outro lado, se considerarmos o enorme desperdício de recursos, atualmente empregados num sistema educacional inadequado e insatisfatório, responsável por altos índices de evasão e repetência, por uma preparação inócua à realidade social e profissional, o supletivo poderá vir a significar um mecanismo de preparação, a baixo custo e prazo reduzido, do potencial humano que ora necessitamos. Aliás, parece não ser outro o objetivo da presente legislação de ensino, ao reunir, sob o título de ensino supletivo, tudo o que não seja escolarização regular: alfabetização de adolescentes e adultos, cursos de atualização e aperfeiçoamento, cursos de aprendizagem e qualificação para o trabalho.

Se o ensino supletivo é, e continuará sendo, problema ou solução para o sistema educacional brasileiro, somente o estudo das causas que têm levado enorme contingente de jovens a procurá-lo, como "a" fórmula salvadora para todos os males, poderá dizê-lo.

9. BIBLIOGRAFIA

1. Abreu, Jaime - "Educação, Sociedade e Desenvolvimento", in Sociedade e Educação, série III, Vol. 8, CRPE-R.J.
2. Azevedo, Fernando de - "Educação e Mudança Social" in A Escola como Fonte de Tensões e Fator de Desenvolvimento na Sociedade Brasileira, Estudos e Documentos, série I, Vol. 6, CRPE, São Paulo, 1968.

3. Barroso, Carmem L. de Mello e Oliveira L.L. O Madureza em São Paulo, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1971.
4. Cardoso, Fernando H. e Ianni Otavio, - "As Exigências Educacionais do Processo de Industrialização" in A Escola como Fonte de Tensões e Fator de Desenvolvimento na Sociedade Brasileira, op. cit.
5. Cardoso, R.C. Leite - "Necessidades Educacionais de Áreas em Urbanização" in A Escola como Fonte de Tensões e Fator de Desenvolvimento na Sociedade Brasileira, op. cit.
6. Dias, José Augusto - "Ensino Médio e Estrutura Sócio-Econômica", MEC, INEP, R. J. 1967.
7. Dias, José Augusto - "A Rede de Estabelecimentos de Ensino Médio do Estado de São Paulo", Estudos e Documentos, série I, Vol. 8, CRPE, São Paulo, 1971.
8. Fernandes, Florestan - "A Ciência Aplicada e a Educação como Fatores de Mudança Cultural Provocada" in Técnicas e Problemas de Mudança Cultural Provocada em Face da Organização e Funcionamento do Sistema Educacional Brasileiro, Estudos e Documentos, série I, Vol. 5, CRPE, São Paulo, 1967.
9. Good, William J. e Hatt, Paul K. - Métodos em Pesquisa Social, tradução de Carolina Martuccelli Bori, Editora Nacional, São Paulo, 1972.
10. Couveia, Aparecida J. - "Desigualdades no Acesso à Educação de Nível Médio" in Pesquisa e Planejamento, nº 10, CRPE, São Paulo, dezembro de 1966.

11. Gouveia, Aparecida J. e Havighr̃st, Robert J. - Ensino Médio e Desenvolvimento, Edit. USP, São Paulo, 1969.
12. Gouveia, Aparecida J. - Professores de Amanhã: Um estudo de escola Profissional, Livraria Pioneira Edit., São Paulo, 1970.
13. Harbison, F. e Myer C. A. - Educaao, Mão-de-Obra e Crescimento Economico, Fundo de Cultura, R.J. 1965.
14. Lei não 5692, de 11 de agosto de 1971 - Diretrizes e Bases para o Ensino de 1o e 2o Graus.
15. Pereira, Luiz (org.) - Desenvolvimento, Trabalho e Educaao, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1967.
16. Relatório do Grupo de Trabalho, instituido pelo Decreto Federal - não 66.600 de 20 de maio de 1970, e encaminhado ao DD. Ministro da Educaao e Cultura em 14 de agosto de 1970, - Brasília.
17. Selltiz, Jahoda, Deutsch e Cook - Métodos de Pesquisa nas Relaoes Sociais, traduao de Dante Moreira Leite, Edit. Herder, São Paulo, 1972.
18. Werbe, Maria José Garcia - "Importância da Informaao Educacional e Profissional" in Pesquisa e Planejamento, não 9, CRPE, São Paulo, junho de 1965.

—//—

A N E X O I

EXAMES DE MADUREZA-1971

NÚMERO DE INSCRIÇÕES PARA O EXAME DE MADUREZA
GINASIAL, POR VEÍCULO DE PREPARAÇÃO

PREPAROU-SE ATRAVÉS DE	INSCRIÇÕES	%
Sozinho	39.136	35,19
Num radioposto	581	0,52
Num teleposto	3.429	3,08
Cursinho de Madureza	50.188	45,13
Curso pela TV-2-Cultura	8.448	7,60
Curso por outra TV	583	0,52
Curso pela Rádio Cultura	209	0,19
Curso por outra Rádio	72	0,06
Curso por correspondência	386	0,35
Outros	2.700	2,43
Não Informado	5.479	4,93
TOTAL	111.211	100,00

FONTE: Secretaria de Educação - Coordenadoria do Ensino Básico e Normal - Departamento do Ensino Secundário e Normal - Estado de São Paulo.

A N E X O II

EXAMES DE MADUREZA - 1971

NÚMERO DE INSCRIÇÕES PARA O EXAME DE
MADUREZA GINASIAL, POR IDADE

FAIXA DE IDADE	INSCRIÇÕES	%
De 16 a 25 anos	81.227	73,03
Com 16 anos	6.291	5,65
Com 17 anos	12.973	11,66
Com 18 anos	12.896	11,59
Com 19 anos	10.532	9,47
Com 20 anos	9.051	8,13
Com 21 anos	7.892	7,09
Com 22 anos	6.579	5,91
Com 23 anos	5.840	5,25
Com 24 anos	4.941	4,44
Com 25 anos	4.232	3,80
De 26 a 35 anos	21.988	19,77
De 26 anos	3.385	3,04
Com 27 anos	3.064	2,75
Com 28 anos	2.826	2,54
Com 29 anos	2.545	2,28
Com 30 anos	2.101	1,88
Com 31 anos	1.993	1,79
Com 32 anos	1.733	1,55
Com 33 anos	1.621	1,45
Com 34 anos	1.391	1,25
Com 35 anos	1.329	1,19

(continuação na pág. 19-)

EXAMES DE MADUREZA - 1971

NÚMEROS DE INSCRIÇÕES PARA O EXAME DE
MADUREZA GINASIAL, POR IDADE

(conclusão da pág. 18)

FALXA DE IDADE	INSCRIÇÕES	%
De 36 a 45 anos	6.532	5,87
Com 36 anos	1.155	1,03
Com 37 anos	963	0,86
Com 38 anos	804	0,72
Com 39 anos	721	0,64
Com 40 anos	624	0,56
Com 41 anos	607	0,54
Com 42 anos	523	0,47
Com 43 anos	406	0,36
Com 44 anos	391	0,35
Com 45 anos	338	0,30
Acima de 45 anos	1.338	1,20
Não Informado	126	0,11
TOTAL	111.211	100,00

FONTE: Secretaria de Educação - Coordenadoria do Ensino Básico e Normal - Departamento de Ensino Secundário e Normal - Estado de São Paulo. -

A N E X O III

EXAMES DE MADUREZA - 1971

NÚMERO DE INSCRIÇÕES PARA O EXAME DE MADUREZA
GINASIAL, POR GRAU DE ESCOLARIDADE

GRAU DE ESCOLARIDADE	INSCRIÇÕES	%
Primário - 1 ano	946	0,85
- 2 anos	1.050	0,94
- 3 anos	1.166	1,04
- 4 anos	44.728	40,21
Ginasial - 1 ano	18.901	16,99
- 2 anos	25.184	22,64
- 3 anos	14.017	12,60
Comercial - 1 ano	354	0,31
- 2 anos	428	0,38
- 3 anos	453	0,40
Técnico Industrial		
- 1 ano	59	0,05
- 2 anos	131	0,11
- 3 anos	376	0,33
Não Informado	3.418	3,07
TOTAL	111.211	100,00

FONTE: Secretaria de Educação - Coordenadoria do Ensino Básico e Normal - Departamento de Ensino Secundário e Normal - Estado de São Paulo.

II - ORÇAMENTO

1. PESSOAL E SERVIÇOS:

- Aplicação de Questionários	CR\$ 5.000,00
- Condução para os aplicadores.....	CR\$ 600,00
- Codificação (com revisão).....	CR\$ 5.000,00
- Tabulação por computador.....	CR\$ 10.000,00
- Impressão de questionários.....	CR\$ 1.000,00
- Impressão do relatório.....	CR\$ 1.000,00

2. MATERIAL

- Material de expediente.....	CR\$ 400,00
-------------------------------	-------------

3. DIVERSOS - (Inclusive Pré-Teste)..... CR\$ 2.000,00

TOTAL.....	CR\$ 25.000,00
------------	----------------



Prezado estudante:

O questionário que se segue é parte de uma pesquisa realizada pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Tem por objetivo conhecer as aspirações, interesses e dificuldades dos estudantes que frequentam escolas de madureza. Gostaríamos de saber, particularmente, por que você decidiu realizar este curso e o que espera obter com o certificado do exame de madureza ginásial.

Sua colaboração nos será de muita valia, não só para um melhor conhecimento de nossa realidade educacional mas, também e principalmente, para podermos sugerir novas e mais eficientes medidas para os estudantes que a sucederão.

Não se trata de um teste; não existem respostas "certas" ou "erradas"; todas as respostas que você der serão válidas, desde que respondidas com sinceridade.

Como você verá, nada perguntaremos sobre seu nome, endereço ou qualquer outro dado que possa identificá-lo. Suas respostas serão reunidas a centenas de outras e analisadas por computadores. Assim, ficará assegurado seu anonimato e você terá plena liberdade de responder com objetividade, precisão e sinceridade.

A maioria das questões exige apenas que você co-
loque um x (um único x) no quadradinho correspondente ao seu
caso. Por isso, sugerimos que você leia cuidadosamente todas
as alternativas de cada questão antes de assinalar a de sua
escolha. Em algumas questões você deverá dar a informação =
por escrito e, em apenas uma questão (a de nº 12) você pode-
rá colocar mais de um x, se for o seu caso.

Se tiver alguma dificuldade, não consulte o com-
panheiro ao lado. Levante o braço e nós o atenderemos; esta-
mos à sua disposição.

Responda com calma e atenção. Não há tempo limi-
tado para o preenchimento do questionário. Você poderá le-
var o tempo que quiser.

Nossa única exigência é a de que você responda
da maneira mais sincera possível. Não pense em como os seus
colegas, ou outras pessoas, responderão a este questionário,
mas, em como você acha que ele deva ser respondido para que
possa retratar, da maneira mais precisa possível, a sua pes-
soa. Estamos interessados em você e apenas a sua opinião =
nos interessa neste momento.

Desde já, agradecemos sua colaboração.

São Paulo,

QUESTIONÁRIO

1. Nome da Escola

2. Endereço: Rua Nº

Bairro:.....

3. Horário em que você frequenta as aulas:

Das horas às horas.

4. Qual é o seu sexo?

masculino feminino

5. Qual é o seu estado civil?

solteiro casado

viúvo desquitado

divorciado separado

6. Qual é a sua idade;

- | | | |
|----------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 17 anos | <input type="checkbox"/> 23 anos | <input type="checkbox"/> 29 anos |
| <input type="checkbox"/> 18 anos | <input type="checkbox"/> 24 anos | <input type="checkbox"/> 30 anos |
| <input type="checkbox"/> 19 anos | <input type="checkbox"/> 25 anos | <input type="checkbox"/> 31 a 35 anos |
| <input type="checkbox"/> 20 anos | <input type="checkbox"/> 26 anos | <input type="checkbox"/> 36 a 40 anos |
| <input type="checkbox"/> 21 anos | <input type="checkbox"/> 27 anos | <input type="checkbox"/> 41 a 45 anos |
| <input type="checkbox"/> 22 anos | <input type="checkbox"/> 28 anos | <input type="checkbox"/> 46 ou mais |

7. Onde você viveu até a idade de 10 anos?

- na cidade de São Paulo
- em outra cidade do Estado de São Paulo. Qual? _____
- em outro Estado do Brasil. Qual? _____
- em outro País. Qual? _____

8. Atualmente você reside:

na cidade de São Paulo.

em outra cidade. Qual? _____

9. Há quanto tempo você reside na cidade indicada?

nasci e sempre morei nesta cidade.

há menos de 2 anos.

entre 2 e 4 anos.

entre 5 e 10 anos.

há mais de 10 anos.

10. Onde você viveu a maior parte de sua vida?

em zona rural

em zona urbana

11. Você já frequentou alguma escola antes desta?

não sim

Se respondeu "não", passe à questão 14.

Se respondeu "sim", responda às questões que se seguem:

12. Que curso você frequentou? (Nesta questão você poderá colocar mais de um x, se for o seu caso).

Mobral

Curso profissional dado em empresa. Qual foi a duração? (Informe o número de semanas, meses ou anos de duração do curso, conforme for o seu caso) _____

Curso primário

Curso ginásial (secundário ou comercial ou industrial ou agrícola)

A. Se frequentou "curso primário" ou "curso ginásial", responda: Qual foi a última série que você completou?

1º ano primário

2º ano primário

3º ano primário

primário completo

1ª série ginásial (secundário ou comercial ou industrial ou agrícola)

2ª série ginásial (secundário ou comercial ou industrial ou agrícola)

3ª série ginásial (secundário ou comercial ou industrial ou agrícola)

B. Em que ano você completou a série acima indicada? 1.9

13. Por que motivo você não continuou seus estudos?
(assinale apenas o motivo principal).

por falta de escolas na cidade onde eu morava.

por necessidade de trabalhar.

por ter achado o curso desinteressante.

por ter achado o curso muito difícil.

por ter sido reprovado.

por motivo de saúde.

por outro motivo. Qual? _____

14. Atualmente você está cursando:

só o Madureza.

o Madureza e outro(s) curso(s). Qual (ou quais)? _____

15. Assinale com um x no quadro abaixo o(s) dia(s) e período(s) que você geralmente tem para estudar:

Dias \ Períodos	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Manhã							
Tarde							
Noite							

16. Quem paga as despesas com seus estudos?

eu mesmo

minha família

a empresa onde trabalho

outra situação. Qual? _____

17. As despesas com os estudos representam um sacrifício para você ou sua família?

- não
- sim, mas não muito
- sim
- representam grande sacrifício.

18. Por que você decidiu se preparar para o exame de maturidade?
(assinale apenas o motivo principal)

- preciso do certificado porque, sem ele, não terei possibilidades de obter um emprego.
 - preciso do certificado para "subir" no meu emprego atual.
 - preciso do certificado para mudar para um emprego melhor.
 - preciso do certificado para continuar meus estudos.
 - espero obter, com o certificado, maior valorização pessoal e social.
 - daria grande satisfação aos meus pais (ou esposa, ou marido) se pudesse obter o certificado do curso ginasial.
 - outro motivo. Qual? _____
-

19. Você gostaria de continuar os estudos depois de obter o certificado do curso ginásial?

não sim

20. Você acha que vai continuar os estudos depois de obter este certificado?

sim, vou continuar com toda certeza.

sim, tenho boas possibilidades de continuar.

não, provavelmente não vou continuar.

não, não vou continuar com toda certeza.

21. Se você não vai continuar ou não tem certeza de poder continuar os seus estudos qual é a principal razão para não continuar. (assinale apenas uma resposta).

não gosto de estudar.

não tenho tido bom aproveitamento neste curso.

não tenho recursos para continuar.

não tenho idéia de que curso poderia fazer:

outro motivo. Qual? _____

22. Se você acha que vai continuar seus estudos que curso pretende fazer?

| madureza colegial

| curso colegial

| curso normal

| curso técnico - profissional. Qual? _____

| outro curso. Qual? _____

23. Você gostaria de continuar seus estudos até se formar em faculdade?

| não | sim

24. Você acha que vai continuar seus estudos até se formar em faculdade?

| não | sim | não sei

Se você respondeu "sim" na questão anterior passe à questão 26.

Se você respondeu "não" ou "não sei" responda às questões que se seguem:

25. Qual é a principal razão para você não continuar ou não ter certeza de poder continuar seus estudos, até se formar em faculdade?

não tenho interesse em cursar uma faculdade.

acredito que não tenho conhecimentos suficientes para cursar uma faculdade.

não tenho recursos financeiros para cursar uma faculdade.

outro motivo. Qual? _____

26. Você tem emprego ou trabalho remunerado?

não sim

Se você respondeu "sim" na questão anterior passe à questão 30.

Se você respondeu "não" na questão anterior responda às questões que se seguem:

27. Embora atualmente você não tenha emprego ou trabalho remunerado gostaríamos de saber: Você já teve emprego ou trabalho remunerado alguma vez?

não

sim

Se você respondeu "não" na questão anterior, passe à questão 35.

Se você respondeu "sim" na questão anterior, responda às questões que se seguem:

28. O que você fez? (Se teve vários empregos descreva apenas o principal).

29. Por que você deixou de trabalhar? (Assinale apenas o motivo principal).

porque não necessitava dos recursos financeiros provenientes do meu salário.

para continuar meus estudos.

para casar-me.

para cuidar de meu(s) filho(s).

por motivos de saúde.

por que fui despedido, recentemente, e ainda não encontrei novo emprego.

outro motivo. Qual? _____

Passe, por favor, à questão 34.

* * * * *

30. O que é que você faz? (Se tiver mais de um emprego ou trabalho remunerado cite-os todos).

A. Quantas horas por dia você trabalha neste(s) emprego(s)? (Se tiver mais de um emprego cite o total de horas de trabalho, por dia). _____ horas.

B. Quantos dias por semana você trabalha neste(s) emprego(s)? (Se tiver mais de um emprego cite o total de dias de trabalho, por semana).

meio dia 4 dias

1 dia 5 dias

2 dias 6 dias

3 dias 7 dias

31. O que você acha do tipo de trabalho que desempenha atualmente?

estou muito satisfeito com meu trabalho.

estou satisfeito com meu trabalho.

estou descontente com meu trabalho.

estou muito descontente com meu trabalho.

32. Você acha que continuará desempenhando este mesmo trabalho depois de obter o certificado de madureza ginásial?

não sim não sei

Se você respondeu "sim" na questão anterior passe à questão 35.

Se você respondeu "não" ou "não sei" responda às questões que se seguem:

33. Qual é a principal razão para você não continuar ou não ter certeza de que continuará no mesmo trabalho depois de obter o certificado de madureza ginásial?

pretendo mudar para outro ramo de trabalho no qual espero ter maior oportunidade de sucesso profissional.

espero obter um cargo melhor no mesmo emprego (ou ramo de trabalho) em que me encontro atualmente.

pretendo parar de trabalhar.

pretendo trabalhar em apenas um período por dia para poder continuar meus estudos.

outra razão. Qual? _____

34. Com que idade você começou a exercer sua primeira atividade remunerada?

antes dos 14 anos

entre 14 e 16 anos

entre 17 e 18 anos

aos 19 anos

aos 20 anos

aos 21 anos

aos 22 anos

aos 23 anos ou mais

35. Se você tivesse meios e inteira liberdade de escolha, que ocupação ou profissão preferiria seguir?

36. Qual é a ocupação de seu pai?

Procure dar uma idéia bem clara do que ele faz.
Por exemplo, se for funcionário, comerciário, operário,
etc., diga qual o serviço que faz na repartição, empre-
sa ou fábrica em que trabalha; se for professor, diga
se é professor primário, secundário ou universitário;
se for agricultor, diga se é fazendeiro, sitiante, meeiro
ou empregado rural. Se é falecido, aposentado ou está
desempregado, diga qual a ocupação que teve durante a
maior parte de sua vida. Se tiver mais de um emprego,
descreva apenas o principal.

37. Para quem trabalha (ou trabalhava) éle?

por conta própria

para companhia ou firma

para um parente

para um particular

para o governo

outra situação. Qual? _____

38. Há (ou havia) pessoas trabalhando para êle, ou sob suas ordens?

Não Não sei Sim.
Quantas pessoas? _____

39. Qual é a ocupação de sua mãe?

mãe falecida.

dona de casa.

ajuda em negócio ou propriedade da família.

trabalha em casa, fazendo serviço para fora.

trabalha fora.

40. Se sua mãe trabalha fora, ou para fora, descreva o que ela faz.

41. Que curso seu pai fez?

- nenhum
- primário incompleto
- primário completo
- ginásio (secundário ou comercial ou industrial ou agrícola) incompleto.
- ginásio (secundário ou comercial ou industrial ou agrícola) completo.
- normal incompleto
- normal completo
- colégio (científico ou clássico ou comercial ou industrial) incompleto.
- colégio (científico ou clássico ou comercial ou industrial) completo.
- superior incompleto
- Superior completo. Qual? _____

- outro curso. Qual? _____

42. Que curso sua mãe fez?

- nenhum
- primário incompleto
- primário completo
- ginásio (secundário ou comercial ou industrial ou agrícola) incompleto.
- ginásio (secundário ou comercial ou industrial ou agrícola) completo.
- colégio (científico ou clássico ou comercial ou industrial) incompleto.
- colégio (científico ou clássico ou comercial ou industrial) completo.
- superior incompleto.
- superior completo. Qual? _____
- Outro curso. Qual? _____

43. Há quanto tempo você está fazendo o curso de madureza ginásial nesta escola? (Informe, se possível o dia, mês e ano em que começou a frequentar as aulas nesta escola. Caso não se lembre, exatamente, do dia, informe apenas o mês e o ano).

44. Você já fez o curso de madureza ginásial em outra(s) escola(s) que não esta?

não sim

Se você respondeu "não" na questão anterior passe à questão 46.

Se você respondeu "sim" na questão anterior responda às questões que se seguem:

45. Indique, no quadro abaixo, o nome da escola(s) em que realizou o(s) curso(s) e o tempo que você frequentou cada escola(s). (Mesmo que você tenha frequentado o curso da escola indicada apenas por alguns dias ou semanas, não deixe de informar o número de dias, semanas ou meses, conforme for o seu caso).

E S C O L A (S)	TEMPO (em dias, semanas ou meses)
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	

46. Você já prestou o exame de madureza ginásial em algumas disciplinas?

não, ainda não prestei o exame em nenhuma disciplina.

sim, já prestei o exame em algumas disciplinas.

Se ainda não prestou o exame em nenhuma disciplina passe à questão 48.

Se já prestou o exame em alguma(s) disciplina(s), responda às questões que se seguem:

47. Preencha o quadro abaixo:

Disciplinas que já prestou exame	Ano em que pres- tou o exame	Cidade em que prestou o exame	Assinale com um x na coluna de R se foi re- provado e na A se foi aprovado.	
			R	A
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				

48. Faça um x no quadradinho correspondente à frase que mais se aproxima de sua opinião a respeito da utilidade da instrução:

pode-se aprender mais na vida prática do que na escola.

é vantagem ter instrução mas uma pessoa inteligente pode progredir sem muita instrução.

a pessoa sem instrução não consegue grande coisa na vida.

49. Se você tem, ou tivesse, um filho até que nível você acha que ele deveria estudar?

- não deveria estudar
- deveria saber ler e escrever
- deveria ter primário completo
- deveria ter ginásio ou curso profissional equivalente
- deveria ter colégio ou curso profissional equivalente
- deveria ter curso superior.

Agradecemos sua colaboração e lhe desejamos boa sorte nos exames.
Não preencha o quadro abaixo.

<p>Aplicador: _____</p> <p>Data: _____</p>
--

JUSTIFICATIVA DAS QUESTÕES

Ao iniciarmos esta tarefa pareceu-nos conveniente justificar a terminologia utilizada no próprio questionário.

Embora tivéssemos, no projeto de pesquisa, definido os termos a serem utilizados neste trabalho em função da nova nomenclatura adotada por lei (ensino supletivo, curso supletivo, exames supletivos e aluno de curso supletivo) julgamos conveniente utilizarmos-nos, no questionário, da antiga nomenclatura (curso de madureza ginásial, exames de madureza, aluno de madureza).

Isto se deve à familiaridade do informante com esta terminologia. Tememos que o termo "supletivo" não seja tão facilmente identificado, pelo aluno, quanto o antigo "madureza".

Ademais, os próprios cursos preparatórios mantêm, ainda hoje, o nome de cursos (ou escolas) de madureza.

Assim, considerandi que a perfeita compreensão do questionário é condição "sine qua non" de sua validade e fidedignidade, justifica-se, aqui, a utilização de uma terminologia considerada, presentemente, ultrapassada.

QUESTÕES 1 e 2: dados de identificação da escola; não serão codificados, com exceção do Bairro, já que, no plano de amostragem, este dado constitui um dos estratos planejados.

QUESTÃO 3 : pretende dar informação sobre o período em que o aluno frequenta as aulas. A questão = não apresenta alternativas para preenchimento (tipo: matutino, vespertino ou noturno) por julgarmos esta forma pouco precisa, particularmente quando o horário das aulas coincide com períodos intermediários (entre manhã e tarde; entre tarde e noite).

Para efeito de codificação, entretanto, estas categorias deverão ser estabelecidas, = uma vez que também este dado, como o anterior, constitui um dos estratos da amostra.

QUESTÕES 4 e 5: dados de identificação pessoal, indispensáveis, não só para uma melhor caracterização dos informantes mas, principalmente, para = verificar a representatividade da amostra = frente aos dados censitários.

QUESTÃO 6 : atende à justificativa anterior e, particularmente, pretende verificar um dos elementos da hipótese: o de que a idade é um importante determinante na procura dos exames de madureza.

A interpretação deste dado tomará, como elemento de comparação, a idade dos alunos regulares de nossas escolas médias, 1º ciclo, tal como foi planejado no projeto de pesquisa.

QUESTÕES 7 a 10: têm por finalidade configurar a origem - rural ou urbana - do informante, assim como, o movimento migratório desta população.

As questões prestam-se, ainda, ao levantamento de hipóteses referentes às exigências da "cidade grande" em termos de ascensão na escala educacional.

QUESTÕES 11 a 13: aqui se inicia a série referente às características educacionais do informante. As questões 12, 12 A e 12 B, buscam informações sobre a vida escolar progressiva do informante.

A questão 13 refere-se, em particular, às causas do abandono do curso regular.

QUESTÕES 14 a 17: referem-se à vida escolar atual do informante. Interessa-nos saber, particularmente, de quanto tempo o informante dispõe para estudar (questão 15), assim como, o que representa para ele, ou sua família, as despesas com o estudo (questões 16 e 17). Esta última informação, quando cruzada com outras, mais diretas, poderá ser útil na verificação da hipótese de que há relação entre a procura da madureza e a origem sócio econômica do informante.

QUESTÃO 18 : questão fundamental; visa obter informação sobre o motivo principal da decisão, do informante, de preparar-se para o exame de madureza.

Foi elaborada de maneira ampla e genérica. Diríamos mesmo que ela, praticamente, levanta apenas o problema.

A resposta a esta questão deverá ser testada e verificada por respostas posteriores, referentes às perspectivas profissionais e educacionais do informante.

QUESTÕES 19 a 25: esta série tem por objetivo diagnosticar as aspirações e possibilidades reais de prosseguimento dos estudos dos informantes.

Está diretamente relacionada à hipótese de que a procura de madureza deve-se, entre outros motivos, à aspiração por mobilidade social ascendente, através da aquisição de "status" educacional mais elevado.

QUESTÕES 26 a 30: aqui se inicia a série referente às características profissionais dos informantes.

As questões 27, 28 e 29 buscam informações sobre uma possível atividade profissional exercida, no passado, pelo informante que declarar não ter, no momento, um emprego ou trabalho remunerado.

As questões 30, 30 A e 30 B procuram caracterizar o emprego atual do informante - no caso deste ter declarado estar, presente - mente, exercendo uma atividade remunerada - assim como, o tempo dispendido no trabalho. Esta última informação poderá funcionar como questão de verificação da questão 15 (tempo disponível para os estudos).

QUESTÕES 31 a 33: esta série tem por objetivo configurar as perspectivas futuras do informante, no que se refere à sua situação ocupacional.

Está diretamente relacionada à hipótese de que a procura de madureza tem relação com a aspiração por mobilidade social ascendente, através da aquisição de "status" profissional mais elevado.

QUESTÃO 34 : permite comparação com outras pesquisas, referentes ao aluno de escolas regulares, assim como, com dados censitários. Contudo, o objetivo específico da introdução desta questão é o de verificar, ao lado de outras informações mais diretas, a hipótese de que a demanda aos exames de madureza relaciona-se com a origem sócio-econômica do aluno. Pode servir, ainda, como questão de verificação da questão 13 (motivo de abandono dos estudos em escolas regulares).

QUESTÃO 35 : esta questão faz parte da série de questões 31 a 33. Sua justificativa, portanto, já = foi explicitada, anteriormente.

Seu desmembramento da série deve-se, unicamente, à exigência de ordenação do questionário. Trata-se de uma questão que deverá = ser respondida por todos os informantes enquanto que as questões citadas (31 a 33) só deverão ser respondidas pelos informantes = que declararem ter emprego ou trabalho remunerado, no presente momento.

QUESTÕES 36 a 40: série de importância fundamental na caracterização da origem sócio-econômica do informante. A interpretação destes dados será de grande utilidade quando comparada com os dados referentes à origem sócio-econômica = dos alunos de cursos regulares, verificando, assim, a hipótese já explicitada na questão 34. Permitirá, ainda, "sondagens" interpretativas referentes à mobilidade ocupacional entre gerações.

QUESTÕES 41 e 42: têm os mesmos objetivos da série anterior (questões 36 a 40) com a diferença de que, aqui, o que nos interessa é o nível educacional dos pais do informante.

QUESTÕES 43 a 47: esta série, específica sobre o curso de madureza, compõe-se de questões complementares, que poderão ser de alguma utilidade na medida em que nos informem sobre:

- a) o tempo dispendido pelo informante na =
realização do(s) curso(s) de madureza =
(questões 43 e 45);
- b) o número de escolas de madureza já fre-
quentadas pelo informante (questão 45);
- c) o tempo dispendido pelo informante com os
exames parcelados de madureza (questão 47);
- d) o deslocamento do informante, para outras
cidades ou mesmo Estados, para a realiza-
ção do(s) exame(s) (questão 47);
- e) o índice de aprovação ou reprovação dos
informantes que já prestaram o exame em
alguma(s) disciplina(s) (questão 47);
- f) a(s) disciplina(s) que apresentam maior =
índice de reprovação na população amostra
da (questão 47).

QUESTÕES 48 e 49: questões de opinião; visam, sobretudo, in-
forma-nos sobre como o informante encara a
educação, sua utilidade (questão 42), as-
sim como, como ele projetaria, para um fi-
lho, seu ideal, em termos de nível educa-
cional a ser atingido (questão 43).

_____//_____

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA PARA A ELABORAÇÃO DO
QUESTIONÁRIO E JUSTIFICATIVA DAS QUESTÕES.

1. A Rede de Estabelecimentos de Ensino Médio do Estado de São Paulo, pesquisa realizada pelo CRPE "Prof. Queiroz Filho", Vol. 1, São Paulo, 1969, I Parte, Anexos: Questionário de Aluno.
2. Barroso, Carmen L. de Mello e Oliveira, Lólio L. de - O Madureza em São Paulo, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1971.
3. Dias, José Augusto - Ensino Médio e Estrutura Sócio-Econômica, M.E.C., I.N.E.P., Rio de Janeiro, 1967.
4. Dias, José Augusto - "Exame de Madureza - Desafio ao Ensino Médio" - Pesquisa e Planejamento, nº 15, CRPE., São Paulo, dezembro de 1972 - pág. 5.
5. Foster, Philip - Education and Social Change in Ghana, Routledge & Kegan Paul, London, 1971, pág. 305 a 310.
6. Goode, William J. e Hatt, Paul K. - Métodos em Pesquisa Social, tradução de Carolina M. Bori, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1972, pág. 171 a 235.
7. Gouveia, Aparecida J. - Professôras de Amanhã: um estudo de escolha ocupacional, Livraria Pioneira Editôra, São Paulo, 1970, pág. 141 a 150.

- B. Gouveia, Aparecida J. e Havighurst, Robert J. - Ensino Médio e Desenvolvimento, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969, Apêndice I, pág. 217 a 229.
9. Hyman, Herbert - Planejamento e Análise da Pesquisa: princípios, casos e processos, Editora Lidador Ltda., Rio de Janeiro, 1967, pág. 459 e 482.
10. Santos, Maria Aparecida dos - "A Situação dos Recursos Audiovisuais na Escola Secundária de São Paulo", Pesquisa e Planejamento, nº 13, CRPE, São Paulo, dezembro de 1970.
11. Selltitz, Jahoda, Deutsch e Cook - Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais, tradução de Dante M. Lette, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972, = pág. 263 a 311 e pág. 613 a 643.

São Paulo, dezembro de 1973.

Suely Grant Bonitatibus

São Paulo, 23 de janeiro de 1974.

Senhor Coordenador

Em atenção ao Parecer de V. S^a sobre o Projeto de Pesquisa "Causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo" cabe-nos apresentar as seguintes informações complementares:

a) Questões específicas:

As questões a e f têm objetivos específicos que não poderiam ser atingidos apenas com as informações fornecidas pelos anexos II e III, como veremos a seguir.

Para maior esclarecimento, consideremos cada uma das questões, em particular, procurando explicitar melhor o motivo de sua introdução no projeto em discussão.

Questão a) - Há relação entre a idade dos alunos e a procura dos cursos supletivos?

1^o - as questões específicas que aqui se colocam são:

- Qual é a idade dos alunos dos cursos supletivos?
- Em que faixa etária há maior concentração de alunos?
- Qual é a idade mediana do aluno do curso supletivo?
- Quanto representa, em anos, o atraso de escolaridade = do aluno mediano do curso supletivo, em relação à idade "ideal" de escolarização?

Note-se que o anexo II apresenta uma distribuição por idades, porém, esta diz respeito aos "inscritos para o exame de madureza ginásial" e não, exatamente, àqueles que se preparam por meio dos chamados "cursinhos de madureza", os quais representam, aproximadamente, 50% do número total de inscrições. (Cf. anexo I do Projeto).

Pretende-se, portanto, em nosso caso, dimensionar um universo bem mais restrito, e específico, do que aquele coberto pelo levantamento realizado pela Secretaria de Educação.

2º - é possível que a idade mínima do aluno do curso supletivo que procuramos pesquisar seja superior à encontrada naquele levantamento, uma vez que, hoje, por regulamentação legal (1), a idade mínima para a realização dos exames é de 18 anos, para o ensino de 1º grau, enquanto que, no levantamento citado, aproximadamente 20% dos inscritos encontram-se na faixa de 16 e 17 anos. (Cf. anexo II).

3º - na medida em que é nossa intenção estabelecer um paralelo entre os alunos do ensino supletivo e os do ensino regular, trabalhando desta forma com duas séries de dados, (Cf. etapas da pesquisa: 2ª fase) esta informação parece, a nosso ver, bastante necessária aos propósitos que temos em vista.

Questão f) - Qual o grau de escolaridade regular dos alunos do ensino supletivo?

Aqui, novamente, a questão de delimitação do universo se coloca. Como no caso da distribuição por idade, o levantamento realizado refere-se aos "inscritos para o exame de madureza ginásial", e não, especificamente, aos alunos dos cursos supletivos, tal como os caracterizamos em nosso projeto, à p. 2, item d.

(1) - Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, cap. IV - art. 26.

b) Definições Operacionais

1 - Origem sócio-econômica

Adotaremos, para a classificação dos informantes segundo sua origem sócio-econômica, a "Escala de Hierarquia de Prestígio" elaborado por Bertran Hutchinson (2), ligeiramente alterada em estudo posterior, coordenado pelo Prof. José Augusto Dias (3).

A escala mencionada tem por base a ocupação paterna - ou seja a ocupação do pai do informante - permitindo = classificá-la numa das seguintes categorias ocupacionais:

1. Altos cargos políticos e administrativos; proprietários de grandes empresas e assemelhados.
2. Profissões liberais; cargos de gerência ou direção; proprietários de empresas de tamanho médio.
3. Posições mais baixas de supervisão ou inspeção de ocupações = não manuais; proprietários de pequenas empresas comerciais e industriais.
4. Ocupações não manuais de rotina e assemelhados.
5. Supervisão de trabalho manual e ocupações assemelhadas.
6. Ocupações manuais especializadas e assemelhadas.
7. Ocupações manuais não especializadas.

O enquadramento das categorias ocupacionais em níveis sócio-econômicos far-se-á, seguindo a orientação dada ao trabalho já mencionado (4), através do seguinte reagrupamento:

(2) Hutchinson, Bertran - Mobilidade e Trabalho: um estudo na cidade de São Paulo, C.B.F.E., I.N.E.P., N.E.C., Rio de Janeiro, 1960, pag. 19 a 51.

(3) Dias, José A. - Ensino Médio e Estrutura Sócio-Econômica, = N.E.C., I.N.E.P., Rio de Janeiro, 1967, pag. 41 a 61.

(4) Dias, José A. - ob. cit., pag. 42 a 45.

- I - *Nível superior - categoria 1 mais categoria 2.*
- II - *Nível médio - categoria 3 mais categoria 4.*
- III - *Nível inferior - categoria 5 mais categoria 6 mais categoria 7.*

2 - *Aspiração por mobilidade social ascendente.*

A operacionalização desta variável far-se-á = através de uma "Escala de Níveis de Escolaridade", elaborada com o objetivo de permitir o dimensionamento simultâneo das duas sub-variáveis a ela relacionadas: a aspiração por mobilidade ocupacional e a aspiração por mobilidade educacional.

2.1. - *Aspiração por mobilidade ocupacional*

O procedimento a ser aqui adotado deverá permitir a classificação do informante de acordo com o seu nível ocupacional atual, o qual será, então, comparado = ao nível ocupacional almejado.

Embora o termo básico de comparação seja a ocupação do informante - em termos do momento atual e do futuro = aspirado - a classificação far-se-á através do enquadramento = das ocupações em determinadas categorias ocupacionais, segundo as exigências de formação escolar das ocupações indicadas.

Uma discrepância entre as classificações assim estabelecidas indicará a aspiração por mobilidade ocupacional dos informantes.

A escala constituir-se-á, assim, das seguintes categorias:

- I - *escolaridade de 1º grau: profissões não especializadas; exigem, apenas, o domínio da leitura, escrita e rudimentos de cálculo.*

- II - escolaridade de 2º grau: profissões especializadas; exigem o domínio de técnicas e habilitação profissional ao nível do ensino de 2º grau (5).
- III - escolaridade de 3º grau: profissões altamente especializadas; exigem, para seu desempenho, o nível superior de estudos.

2.2. Aspiração por mobilidade educacional

A "Escala de Níveis de Escolaridade", acima apresentada, servirá aqui, tal qual no item anterior, de instrumento de operacionalização das informações obtidas na pesquisa.

O processamento dos dados seguirá a mesma linha, ou seja, classificação do nível educacional atual e do nível educacional almejado. A discrepância entre as classificações apontará a aspiração por mobilidade educacional.

As categorias da escala serão, evidentemente, as mesmas, embora algumas considerações complementares se façam, aqui, necessárias.

- 1º - no que se refere à classificação do nível educacional atual, todos os informantes serão enquadrados no nível I - escolaridade de 1º grau - uma vez que os sujeitos de nossa pesquisa se encontram em processo de escolarização correspondente ao atual ensino de 1º grau.

(5) Cf. Parecer nº 45/72, C.E.Su., aprovado em 12 de janeiro de 1972 e seu Anexo A - Resolução nº 2 de 27 de janeiro de 1972.

2º - a classificação do nível educacional aspirado colocar-se-á no nível I quando o informante responder = negativamente à questão referente ao interesse pelo prosseguimento dos estudos. Neste caso, não haverá = discrepância entre o nível educacional atual e o as = pirado, o que, em outros termos, significará que o = sujeito pesquisado não tem aspiração por mobilidade = educacional.

3º - a aspiração por mobilidade educacional só se verifi = cará, portanto, quando o informante puder, por suas = respostas, ser enquadrado no nível II - escolarida = de de 2º grau - ou no nível III - escolaridade de = 3º grau.

2.3. - Vantagem do uso da Escala de Níveis de Escolaridade.

O uso desta escala, como instrumento de opera = cionalização das duas sub-variáveis - aspiração por mobi = lidade ocupacional e aspiração por mobilidade educacio = nal - tem a vantagem de permitir comparações entre elas = no sentido de demonstrar em que medida são compatíveis, = ou não, os ideais almejados pelos sujeitos da pesquisa.

Assim, poderá ocorrer o caso do informante men = cionar, como "ideal", uma ocupação classificada no nível III = (escolaridade de 3º grau) e, no entanto, classificar-se, quan = to à aspiração educacional, no nível II (escolaridade de 2º = grau) ou, vice-versa.

Tais informações, acrescidas a outras, referen = tes a que o informante acredita que realmente realizará, em = termos ocupacionais e educacionais, poderão dar uma medida das = condições reais de mobilidade ocupacional e educacional do in = formante, segundo sua própria opinião.

3. Inadequação ao regime regular de estudos.

Não chegamos a elaborar, propriamente, uma "escala" para a operacionalização desta informação.

Reconhecemos, em verdade, a importância deste tema, mas, não tínhamos condições, nesta pesquisa, de abarcá-lo em sua amplitude e complexidade.

Assim, o que nos propomos aqui é, apenas, "sondar" algumas das possíveis causas de abandono do ensino regular, as quais poderão estar relacionadas a dificuldades = de duas grandes ordens:

- 1ª - dificuldades "externas" ao sistema escolar, tais como falta de recursos financeiros para estudar, motivos de saúde e outros.
- 2ª - dificuldades "internas" ao sistema escolar, tais como inexistência de escolas, desinteresse pelo curso, reprovação e outros.

Contudo, a análise de cada um destes elementos = não será realizada, visto que, de acordo com o já afirmado, isto nos levaria a outros caminhos, distanciando-nos da linha específica deste trabalho.

c) Técnicas Estatísticas a serem empregadas.

Não pretendemos, aqui, esgotar ou mesmo discriminar minuciosamente as técnicas estatísticas que serão empregadas neste trabalho, mesmo porque, a própria evolução da análise poderá vir a exigir outras técnicas que, no momento, ainda não estão incluídas em nosso plano de trabalho.

Isto posto, e considerando a sugestão bastante = oportuna, relacionamos a seguir o tratamento estatístico a ser = empregado:

1. organização e tabulação dos dados coletados;
2. cálculo de medidas de posição e variabilidade;
3. teste de algumas hipóteses pelo emprego do qui-quadrado.

d) Inadequação do termo "causa" no título do trabalho.

Concordamos com a crítica apresentada. Em verdade, o uso do termo, no projeto de pesquisa, ateuve-se = mais a seu uso popular do que, propriamente, à conotação científica que este possui.

É bem verdade, poderíamos argumentar, que na medida em que o projeto se insere na área de investigação = sociológica, o termo "causa" assume novo sentido, uma vez que, neste campo de estudos, as relações causa-efeito jamais poderão ser traçadas, de forma tão precisa, quanto nas ciências exatas.

Não obstante, a crítica procede. Sugerimos, assim, as seguintes alterações:

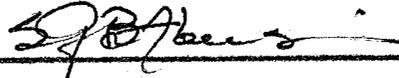
Título: "Demanda do Ensino Supletivo no Município de S. Paulo"

Questão básica: Formulação de hipóteses sobre as possíveis = causas da crescente demanda do ensino supletivo, no Município de São Paulo.

Hipótese: A demanda do ensino supletivo é resultado de um = complexo de fatores interrelacionados, entre os = quais destacaríamos, como condições contribuintes, os que se seguem:

- a) idade do aluno
- b) origem sócio-econômica
- c) aspiração por mobilidade social ascendente.

Esperando ter atendido às solicitações e sugestões apresentadas, e, contando com a valiosa atenção de V. Sa, apresento os protestos de elevada estima e consideração.

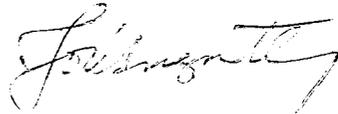


Suely Grant Bonitatibus

Visto.

De acordo.

S.R. 30/1/74



Ao Ilmo. Senhor
Prof. Dr. Renato Alberto Teodoro Di Dio
DE. Coordenador de Estudos e Pesquisas
do CRPE do Sudeste



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Em 19 de dezembro de 1973

Do Coordenador de Estudos e Pesquisas do C.R.P.E. do Sudeste

Ao Diretor do INEP

Assunto Parecer sobre Projeto de Pesquisa

*Assunto
19.12.73
Assunto*

Senhor Diretor.

Com relação ao projeto anexo - "causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo", elaborado por Suely Grant Bonitibus, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, cumprenos, no exercício de nossas atribuições, informar que:

a) as questões a e f, se formuladas em termos meramente exploratórios, estão respondidas pelos anexos I e III.

b) não foi esclarecido de que modo serão medidas as variáveis "nível socio-econômico", "expectativa de melhores condições de trabalho", "aspiração para prosseguimento dos estudos", "Inadequação ao regime regular";

c) não foram apontadas as técnicas estatísticas a serem empregadas;

d) seria aconselhável a supressão da palavra "causa" do título, uma vez que o plano da pesquisa, do tipo "ex post facto", não permite a identificação de causas, mas apenas o levantamento de hipóteses.

Parece-nos, portanto, que o projeto, salvo melhor juízo, deva ser devolvido à interessada para que sejam sanadas as falhas apontadas.

Renovamos a V. Excia. os protestos da mais elevada consideração

~~Renato Alberto Teodoro Di Dio~~

Nº 870/73

MEC/INEP

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO SUDESTE

São Paulo, 27 de dezembro de 1973

Da Secretaria Executiva do CRPE do Sudeste

À Sra Profa Dra Amélia Domingues de Castro

DD. Chefe do Departamento de Metodologia do Ensino e
Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP

Senhora Professora

De ordem, tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Sa, com referência ao of. nº 85/73, de 11 do corrente, pelo qual teve a gentileza de apresentar o projeto de pesquisa "Causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo", da autoria da Profa Suely Grant Bonitatibus, o seguinte:

O referido projeto foi levado à reunião dos Diretores dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, realizada de 18 a 20 de dezembro de 1973, em Brasília, sob a presidência do Sr. Prof. Ayrton de Carvalho Mattos, Diretor do INEP.

Apreciada a solicitação referente ao financiamento do mencionado projeto, chegou-se à conclusão de que a Professora Suely Grant Bonitatibus deveria entrar em contato com o Sr. Prof. Dr. Renato Alberto Teodoro Di Dio, responsável pela coordenação da Divisão de Pesquisas Educacionais deste Centro, a fim de receber esclarecimentos a respeito dos indispensáveis procedimentos a serem seguidos.

Sem mais, aproveito a oportunidade para reiterar a V.Sa os protestos de minha alta estima e distinta consideração.


Zita P. Kublinszky
Secretária Executiva

ZK/mlmc.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Of. nº 0121

Em 8 fevereiro/1974.

Do Diretor-Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educaçionais
Ao Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educaçionais do
Sudeste
Assunto: Restituição de projeto de pesquisa

Senhor Diretor

Restituo a Vossa Senhoria o projeto da pesquisa "Causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo" por não ter sido ele apresentado no formulário adotado pelo INEP e por tratar-se de um trabalho individual, ao que parece.

Renovo a Vossa Senhoria protestos de consideração e apreço.

Ayrton de Carvalho Mattos
Ayrton de Carvalho Mattos
Diretor-Geral

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO SUDESTE - SP.	
N.º PROTOCOLO	DATA
116/74	21.2.74
ARQUIVO GERAL: —	
PARA: Rep. N.º 279/74	N.º PROCESSO T. 378/73

de 3/5/74

[Assinatura]

Nº 279/74

MEC/INEP

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO SUDESTE

Da Secretaria Executiva do C.R.P.E. do Sudeste - São Paulo
Ao DD. Diretor Geral do INEP

Prof. Ayrton de Carvalho Mattos - Brasília

São Paulo, 3-5-74

Senhor Diretor Geral

De ordem do Sr. Diretor deste Centro, tenho a honra de encaminhar a V.Exª., em três vias, o projeto de pesquisa: "CAUSAS DE DEMANDA DO ENSINO SUPLETIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO", para o qual a Faculdade de Educação da USP pleiteia apoio financeiro.

O referido projeto, caso venha a ser aprovado pelo INEP, deverá ser realizado sob a responsabilidade da Professora Suely Grant Bonitatibus, Licenciada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo.

Na oportunidade, reitero a V.Exª. os protestos de minha mais alta estima.


Zita P. Kubinszky
Secretária Executiva

ZPK/mkc.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CIDADE UNIVERSITÁRIA

São Paulo, 22 de outubro de 1974.

Ilmo. Sr.
Prof. Chicralla Haidar
DD. Diretor do C.R.P.E. do Sudeste
Em Mãos

Prezado Senhor,

Fiquei sabendo agora que o INEP recusou o apoio financeiro ao projeto de Pesquisa da nossa Auxiliar de Ensino Sra. Suely Grant Bonitatibus.

Estranhei a recusa por vários motivos:

1º - trata-se de pessoa de significativo valor e máxima responsabilidade e dedicação já provada inclusive em funções exercidas no extinto CRPE.

2º - trata-se, além disso, de assunto de grande interesse e oportunidade para os programas de estudo em, pelo menos, dois de nossos três departamentos, o de Administração Escolar e Economia da Educação e o de Metodologia do Ensino e Educação Comparada.

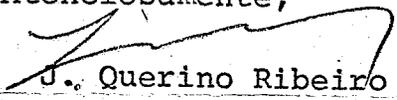
3º - ao que me foi dado saber o projeto foi considerado bom por professores especializados em pesquisa nesta Faculdade.

- Permita-me acrescentar que nossos planos (ainda em esboço) de assimilação dos remanescentes desse Centro Regional de Pesquisa do Sudeste à Universidade, precisa contar com a melhor boa vontade e compreensão do INEP para nossas sol citações de real valor e interesse, no terreno da pesquisa.

Assim e por isso, meu caro professor, apelo para os bons ofícios de V. Sa. no sentido de obter dos ô rgãos competentes do INEP uma reconsideração da recusa que, aliás, foi feita sem qualquer explicação no processo.

Certo de merecer sua honrosa atenção, subscrevo-me antecipadamente agradecido e

Atenciosamente,


J. Querino Ribeiro

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS
EDUCACIONAIS DO SUDESTE - SP.

N.º PROTOCOLO

DATA

273/74

25/10/74

ARQUIVO
GERAL:

Perquiza

PARA:

1/VEP a/y. n.º 674/74

N.º PROCESSO

727-378/73

Nº 674/74

MEC/INEP

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO SUDESTE

São Paulo, 25 de outubro de 1974

Do: Diretor do CRPR do Sudeste - São Paulo

Ao: DD. Diretor Geral do INEP

Prof. Ayrton de Carvalho Mattos - Brasília

Senhor Diretor Geral

Encaminho a V. Exª, em anexo, o of. s/n, assinado em 22 do corrente pelo Prof. Dr. J. Querino Ribeiro, Diretor da Faculdade de Educação da USP, solicitando reconsideração da recusa de financiamento do projeto de pesquisa "Causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo", elaborado pela Profª Suely Grant Bonitatibus e patrocinado pela FEUSP.

Aguardando instruções de V. Exª referentes ao assunto em pauta, aproveito a oportunidade de reiterar-lhe os protestos de alta estima e distinta consideração.


Chicralla Haidar
Diretor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Of. nº 1314

Em 30 de outubro de 1974.

Do Diretor-Geral do INEP

Ao Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do
Sudeste

Assunto: Informações sobre projeto de pesquisa

Senhor Diretor

Restituo a Vossa Senhoria seu ofício nº 674/74, de 25, e o Ofício da FEUSP, de 22, tudo do corrente mês, anexando-lhes cópia do parecer emitido pela Assessoria Técnica do INEP, a respeito do projeto de pesquisa "Causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo", de autoria da Professora Suely Grant Bonitatibus.

Solicito-lhe encaminhar referidos documentos ao Senhor Diretor da FEUSP e esclarecer Sua Senhoria que é política do INEP estimular o desenvolvimento de pesquisas a cargo de equipes, de preferência multidisciplinares.

Assim, este órgão não presta apoio financeiro, ao menos conscientemente, para a elaboração de teses de mestrado ou doutorado, mesmo porque, os recursos, requeridos para isso, ultrapassariam, sem sombra de dúvidas, as disponibilidades que o INEP pudesse vir a ter.

O INEP tem todo o interesse e satisfação em receber projetos originários da USP e, em particular, da FEUSP, pelos laços fraternos que unem as duas entidades, não deseja, contudo, ser compelido a mudar sua política que, parece, começa a apresentar resultados muito promissores.

Renovo a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

Ayrton de Carvalho Mattos
Ayrton de Carvalho Mattos
Diretor-Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC/INEP

Nº 674/74

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO SUDESTE

São Paulo, 25 de outubro de 1974

Do: Diretor do CRPR do Sudeste - São Paulo

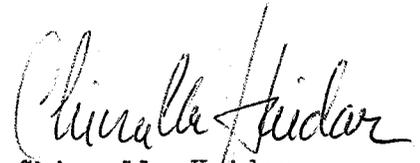
Ao: DD, Diretor Geral do INEP

Prof. Ayrton de Carvalho Mattos - Brasília

Senhor Diretor Geral

Encaminho a V. Ex^a, em anexo, o of. s/n, assinado em 22 do corrente pelo Prof. Dr. J. Querino Ribeiro, Diretor da Faculdade de Educação da USP, solicitando reconsideração da recusa de financiamento do projeto de pesquisa "Causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo", elaborado pela Prof^a Suely Grant Bonitatibus e patrocinado pela FEUSP.

Aguardando instruções de V. Ex^a referentes ao assunto em pauta, aproveito a oportunidade de reiterar-lhe os protestos de alta estima e distinta consideração.


Chicralla Haidar
Diretor

Dir

São Paulo, 22 de outubro de 1974.

Ilmo. Sr.
Prof. Chicralla Haidar
DD. Diretor do C.R.P.E. do Sudeste
Em Mãos

Prezado Senhor,

Fiquei sabendo agora que o INEP recusou o apoio financeiro ao projeto de Pesquisa da nossa Auxiliar de Ensino Sra. Suely Grant Bonitatibus.

Estranhei a recusa por vários motivos:

1º - trata-se de pessoa de significativo valor e máxima responsabilidade e dedicação já provada inclusive em funções exercidas no extinto CRPE.

2º - trata-se, além disso, de assunto de grande interesse e oportunidade para os programas de estudo em, pelo menos, dois de nossos três departamentos, o de Administração Escolar e Economia da Educação e o de Metodologia do Ensino e Educação Comparada.

3º - ao que me foi dado saber o projeto foi considerado bom por professores especializados em pesquisa nesta Faculdade.

- Permita-me acrescentar que nossos planos (ainda em esboço) de assimilação dos remanescentes desse Centro Regional de Pesquisa do Sudeste à Universidade, precisa contar com a melhor boa vontade e compreensão do INEP para nossas solicitações de real valor e interesse, no terreno da pesquisa.

Assim e por isso, meu caro professor, apelo para os bons ofícios de V. Sa. no sentido de obter dos órgãos competentes do INEP uma reconsideração da recusa que, aliás, foi feita sem qualquer explicação no processo.

Certo de merecer sua honrosa atenção, subscrevo-me antecipadamente agradecido e

Atenciosamente,

SÃO PAULO
BRASIL

Ribeiro



Brasília, 24 de junho de 1974.

Senhor Diretor-Geral:

Tendo recebido para avaliação o projeto "Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo", desejamos, em primeiro lugar, ressaltar a V. Sa. a nossa satisfação em constatar que a investigação sobre atividades educativas de adultos no contexto da educação permanente, começam a despertar a atenção não só dos profissionais da Educação como também dos empresários da Indústria e do Comércio.

O primeiro mérito do projeto em tela encontra-se na escolha do próprio tema. O ensino supletivo se amplia enormemente, como componente específico e indispensável da educação escolar, constituindo um problema que deve ser analisado sob o impacto do desenvolvimento econômico e dos recursos humanos, por pesquisa de ampla base científica.

Outros aspectos qualificam o projeto apresentado pelo Diretor da Faculdade de Educação da USP e coordenado pela Profa. Suely Grant Bonitatibus:

1. A justificativa e os objetivos estão bem colocados e as hipóteses corretamente formuladas.
2. O campo de estudo encontra-se razoavelmente delimitado, de modo a permitir ao pesquisador responsável um enfoque seguro.
3. O grande número de questionários a serem aplicados, cerca de dois mil, denota a inexistência de cadastros e permite um erro admissível no dimensionamento da amostra.
4. O questionário é satisfatório, do ponto de vista sociológico. A nosso ver poderia, no item 5, ser incluída a categoria - União Consensual, e ser acrescentado ao item 14, pergunta referente ao motivo da escolha do Curso de Madureza.
5. O "curriculum vitae" da Coordenadora do Projeto, Profa. Suely Grant Bonitatibus, a orientação do

Brasília, 24 de junho de 1974.

Senhor Diretor-Geral:

Tendo recebido para avaliação o projeto "Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo", desejamos, em primeiro lugar, ressaltar a V. Sa. a nossa satisfação em constatar que a investigação sobre atividades educativas de adultos no contexto da educação permanente, começam a despertar a atenção não só dos profissionais da Educação como também dos empresários da Indústria e do Comércio.

O primeiro mérito do projeto em tela encontra-se na escolha do próprio tema. O ensino supletivo se amplia enormemente, como componente específico e indispensável da educação escolar, constituindo um problema que deve ser analisado sob o impacto do desenvolvimento econômico e dos recursos humanos, por pesquisa de ampla base científica.

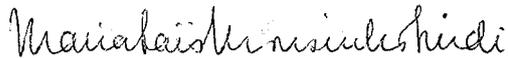
Outros aspectos qualificam o projeto apresentado pelo Diretor da Faculdade de Educação da USP e coordenado pela Profa. Suely Grant Bonitatibus:

1. A justificativa e os objetivos estão bem colocados e as hipóteses corretamente formuladas.
2. O campo de estudo encontra-se razoavelmente delimitado, de modo a permitir ao pesquisador responsável um enfoque seguro.
3. O grande número de questionários a serem aplicados, cerca de dois mil, denota a inexistência de cadastros e permite um erro admissível no dimensionamento da amostra.
4. O questionário é satisfatório, do ponto de vista sociológico. A nosso ver poderia, no ítem 5, ser incluída a categoria - União Consensual, e ser acrescentado ao ítem 14, pergunta referente ao motivo da escolha do Curso de Madureza.
5. O "curriculum vitae" da Coordenadora do Projeto, Profa. Suely Grant Bonitatibus, a orientação do

Prof. Dr. José Augusto Dias, a consultoria das Profas. Dras. Aparecida Joly Gouveia e Bernardete A. Gatti e a recomendação do Diretor da Faculdade de Educação, Prof. José Querino Ribeiro consolidam o nosso parecer de muito esperar desse projeto.

Por todas essas considerações achamos que o Diretor-Geral do INEP poderia comunicar ao Diretor da Faculdade de Educação da USP a possibilidade de ser concedido o apoio à execução do Projeto da Profa. Suely Grant Bonitatibus, desde que não fosse ele apresentado como Tese de Mestrado, para não infringir às normas adotadas no financiamento de pesquisas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC.

Atenciosamente,



Maria Laís Mousinho Guidi
Pesquisador em Antropologia

Nº 749/74

MEC/INEP

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO SUDESTE

São Paulo, 20 de novembro de 1974

Do Diretor do C.R.P.E. do Sudeste - São Paulo

Ao DD. Diretor da F.E.U.S.P.

Prof.Dr. J. Querino Ribeiro -

São Paulo - E.M.

Senhor Diretor

A respeito do expediente de 22 de outubro último, referente ao projeto de pesquisa "Causas da Demanda do Ensino Supletivo no Município de São Paulo", cumpre-me o dever de levar ao conhecimento de V.Ex^ª. o seguinte:

1 - O referido expediente dessa Faculdade, solicitando reconsideração, por parte do INEP, quanto ao seu financiamento foi encaminhado, em 25 de outubro p.p., ao Sr.Diretor Geral do INEP.

2 - Conforme esclarecimentos recebidos do INEP, o referido projeto de pesquisa mereceu parecer muito favorável da Assessoria Técnica do INEP, em Brasília, sugerindo sua inclusão entre as pesquisas a serem financiadas.

3 - Em que pese o seu valor e a apreciação favorável da Assessoria Técnica, o projeto foi devolvido porque o INEP não concede financiamento a teses de mestrado ou doutorado.

4 - Por fim, o Prof.Ayrton de Carvalho Mattos, Diretor Geral do INEP declarou lamentar muito que essa medida geral tivesse ferido os interesses da FEUSP e prontificou-se a conceder financiamento ao projeto caso esse viesse a ser apresentado não como tese de mestrado mas como pesquisa de interesse da própria Faculdade,

./.

a ser executado sob a coordenação da Prof^a. Suely Grant Bonita
tibus.

Sem mais, aproveito a oportunidade para reiterar a
V. Ex^{ca}. os protestos de minha alta estima e distinta considera-
ção.



Chicralla Haidar
Diretor